

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA

"Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº. 1465/2024

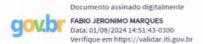
Revoga a Lei 2.577, de 06 de dezembro de 2023.

<u>FÁBIO JERÔNIMO MARQUES</u>, Vereador da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

ARTIGO 1º - Fica revogada em seu inteiro teor a Lei 2.577 de 06 de dezembro de 2023.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Azul Paulista/SP, 01 de agosto de 2024



Fábio Jerônimo Marques vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA

"Palácio 8 de Março"

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A Lei Municipal 2.577/2023, estabeleceu a concessão de Direito Real de uso de uma área de 5.3505 hectares pertencente ao Município ao Consórcio de Desenvolvimento do Vale do rio Grande – CODEVAR, local que trata-se do aterro sanitário municipal, área que foi totalmente utilizada com a finalidade criada, ou seja, ali sendo feito o descarte dos resíduos sólidos de nossa cidade, até sua respectiva capacidade, sendo portanto providenciado área contigua, para extensão do aterro sanitário, o qual encontra-se em funcionamento.

Nesse sentido, a concessão fora feita com a destinação exclusiva e específica para que o consórcio citado procedesse o tratamento de resíduos sólidos dos municípios pertencentes ao consórcio, através da implantação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos.

Em face a publicidade da lei e do respectivo projeto de implantação de uma Usina de tratamento de resíduos sólidos em nosso Município, surgiu uma discussão sobre o assunto, o que gerou uma insegurança por parte da população no entendimento de que 35 cidades de nossa região e pertencentes ao CODEVAR, passariam a trazer "lixo" para nossa querida Monte Azul Paulista-SP, de forma totalmente desordenada, o que seria prejudicial para nossa cidade, embora sob a ótica da Administração Pública local e do Consórcio, tal propositura geraria rendas e emprego para nossa cidade, além de benefício ambiental com a questão do tratamento e incineração de todo o "lixo" produzido por nossa população e de municípios da região.

Como referido assunto acabou impactando de forma negativa na população, muito por informações deturpadas e 'fake news', que culminou por ficar receosa quanto ao projeto e com a ideia de que realmente viriam resíduos sólidos de 35 cidades da região, este subscritor, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP, convocou audiência pública para discutir o assunto, o que foi realizado, e em sua realização houveram diversas explicações, tanto a favor, como contra referido projeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA

"Palácio 8 de Março"

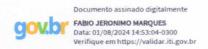
Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br Estado de São Paulo

Neste contexto, apesar do senhor Prefeito Municipal ter dados as explicações e assegurado à população que os resíduos não virão para nossa cidade de forma desordenada, e que essa situação geraria empregos e rendas para o Município, a população continuou ser entender o porquê dessa iniciativa, muito, repitase, pelas informações deturpadas infelizmente geradas por quem somente busca o caos e a desordem.

Diante desse contexto, este Vereador, dialogando com inúmeras pessoas cidadãos monteazulenses, está convencido que a grande maioria entende que essa ideia ou projeto não é interessante para o Município de Monte Azul Paulista-SP, diante do que este subscritor decide apresentar o presente projeto de lei, para revogar a concessão de uso de direito real da área municipal, conforme autorizado na lei municipal 2.577/2023, assim pondo fim a essa ideia de ser instalado no local uma usina de tratamento de resíduos sólidos (lixo), desta feita restabelecendo à tranquilidade a nossa população monteazulense quanto a esses fatos, haja vista que a função do gestor público é, antes de tudo, atender aos anseios da maioria, na medida em que o debate é saudável em uma democracia, regime político em que os cidadãos no aspecto dos direitos políticos participam igualmente — diretamente ou através de representantes eleitos — na proposta, no desenvolvimento e na criação de leis, exercendo o poder da governação através do sufrágio universal, mas também com opiniões a respeito de assuntos de interesse da comunidade.

Monte Azul Paulista-SP, 01 de agosto de 2024.



FÁBIO JERÔNIMO MARQUES Vereador - MDB